



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

Reunião Plenária Ordinária Cepct-MG			
Data	21/05/2024 e 22/05/2024	Horário	08:00 às 17:00
Local	Casa de Direitos Humanos: Avenida Amazonas 558, Centro. Belo Horizonte/MG.		
Pauta	1) Aprovação das atas anteriores; 2) Formação e informação acerca do Decreto nº 48.691, de 15 de setembro de 2023, que dispõe sobre a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e do Regimento Interno; 3) Formação e informação acerca do funcionamento das câmaras técnicas e grupos de trabalho da Comissão; 4) Apresentação dos trabalhos já elaborados pela CEPCT-MG; 5) Composição das câmaras e grupos de trabalhos; 6) Elaboração de calendário dos trabalhos das câmaras técnicas e grupos de trabalhos; 7) Câmara Técnica de Certificação: apresentação dos processos de certificação aprovados e pendentes de certificação.		

Participantes	<p>Clever Alves Machado - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Erika Soares Martins - Suplente - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Ana Carolina Araújo Grossi - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Ludmila Scorsulini Peres - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - IDENE</p> <p>Ana Beatriz Rodrigues Porfirio - Suplente - Secretaria de Estado de Saúde – SES;</p> <p>Natalie Oliffson Rodrigues - Titular - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – SECULT;</p> <p>Amélia Corrêa Passos - Suplente - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – SECULT;</p> <p>Ciro César Carvalho - Titular - Secretaria de Estado de Saúde – SES;</p> <p>Vanessa Barçante Jota - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Adriano Tostes de Macedo - Titular - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD;</p> <p>Marta Cristina Beber de Souza - Titular - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas - Gerais – EMATER/MG;</p> <p>Letícia Araújo Gualter Silva - Titular - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;</p> <p>Gustavo de Oliveira Celestino - Suplente -- Fundação Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA;</p> <p>Kelly da Silva - Titular - Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG;</p> <p>Heiberle Hirsberg Horácio - Titular - Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES;</p> <p>Geralda Maria Soares da Silva - Titular - Apanhadores de Flores Sempre Vivas;</p> <p>Maxwell Moreira Pio - Titular - Carroceiros;</p> <p>Neli Martins de Souza - Titular - Congadeiros;</p> <p>Orlando dos Santos - Titular - Geraizeiros;</p> <p>Ivanilde Salomé da Silva - Titular - Quilombolas;</p> <p>Clarindo Pereira dos Santos - Titular - Pescadores Artesanais;</p> <p>Flanner Fantoni Bergo - Titular - Povos Tradicionais de Matriz Africana</p> <p>Reinaldo Pereira da Silva - Titular - Vazanteiros;</p> <p>Olívia Ferreira Saraiva- Vacarianos</p> <p>Shirley Machado de Oliveira - Suplente - Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG</p> <p>Edmundo Antônio Dias Netto Junior - Suplente - Ministério Público Federal -MPF;</p> <p>Vanilza Jacundino Rodrigues - Titular - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;</p> <p>Rosana Alexandre dos Santos - Titular - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;</p> <p>Eliete Xavier de Oliveira - Titular - Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI;</p> <p>Adjanir Silva - Titular - Conselho Estadual de Promoção e Igualdade Racial - CONEPIR;</p> <p>Edilson Rezende Costa - Titular - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - CONSEA;</p> <p>Gabriela de Brito Santos - Secretária Executiva CEPCT-MG;</p> <p>Ângela Cristina - Secretária Executiva CEPCT-MG;</p> <p>Juliana Cordeiro - Diretora de Apoio aos Órgãos Colegiados de Direitos Humanos - SEDESE</p>
----------------------	---

Plenária Extraordinária Presencial – CEPCT-MG

Reunião inicia-se às 08:43, do dia 21 de maio de 2024. **Cléver Machado**, Presidente da CEPCT-MG, inicia sua fala destacando a importância da colaboração dos participantes para o avanço das pautas, especialmente a recomposição da Câmara Técnica de Certificação. É mencionada a necessidade de discutir o Decreto nº 48.691 de 15/09/23, sobre o qual os membros têm discordâncias e desejam elaborar uma proposta para apresentar ao Governador de Minas Gerais. Além disso, ressaltou a importância de discutir a CLPI, dado o impacto potencial dos empreendimentos no estado sobre os povos e comunidades tradicionais. Enfatiza que essas duas discussões precisam progredir durante os dois dias de reunião. **Orlando Santos**, Vice-Presidente, dá as boas-vindas, agradece e expressa satisfação pelo reencontro após a pandemia. Menciona que muitos processos de certificação estão parados, e este local pertence aos povos tradicionais. Destaca a importância da sociedade civil se expressar e se manter vigilante. Enfatiza que o objetivo é unir forças e não se dividir. **Cléver Machado** solicita que cada um dos membros se apresente. Após apresentação de todos, **Gabriela Brito** apresenta as pautas da Plenária. **Secretariado Executivo** faz a leitura das atas das reuniões dos dias 20/12/2023 e 14/03/2024. São feitas correções e inclusões solicitadas pelos membros e convidados permanentes e as Atas foram aprovadas. É seguido para o **segundo ponto de pauta** da reunião. **Érika Martins** faz a leitura do Decreto nº 48.691, de 15/09/23 por tópicos. **Edilson Costa** questiona se há a necessidade da composição ser paritária, sugere que seja 1/3 do governo e 2/3 da sociedade civil. **Ya Neli Martins** concorda e afirma que a sociedade civil tem que ter voz de fala, de ação, de votação. Diz que a sociedade civil pode falar, sem medo de represálias. **Aélcio Vial** questiona se os outros dez representantes estão aqui presentes. **Gabriela Brito** esclarece em relação à regra de transição do art. 20 do Decreto atual, que resguarda a composição do Decreto anterior, de 17 membros da S/C e 17 membros governamentais, até o término dos mandatos. **Heiberle Hirsberg** afirma que é importante frisar que é uma Comissão de Povos Tradicionais, que traz um perigo mencionar “sociedade civil”, pois contempla outras instituições, e que é importante a paridade, sobretudo enfatizando os PCTs. **Edmundo Dias** fala sobre a importância de aumentar a representação de PCTs, destacando que a Comissão não é governamental. Cita o Decreto nº 8.750 de 2016 (CNPCT), que prevê 29 representantes de PCTs para 19 governamentais, sugerindo que esse modelo deveria ser seguido em MG para garantir a centralidade dos PCTs. Afirma que a paridade atual entre membros do governo e da sociedade civil não reflete essa centralidade, e que MG possui muito mais PCTs do que as onze representações existentes. Ressalta que a leitura do Decreto já publicado não é suficiente e que ele deveria ter sido submetido à consulta prévia dos povos tradicionais, seus principais destinatários. Conclui afirmando que o MPF não legitima o vício que existe, da falta de consulta prévia no Decreto vigente. **Ya Neli Martins** concorda com a fala anterior, afirma que os PCTs não podem ficar calados. Há muitos problemas no estado, a sociedade civil precisa falar. **Edilson Costa** concorda que o importante não é a leitura do Decreto, e sim para modificar e que seja revogado, para fazer um novo Decreto. Solicita que os PCTs levantem as mãos para se conhecerem. Os PCTs levantam as mãos. **Maxwell Pio** afirma que a comunidade carroceira está sendo proibida de atuar, que isto precisa ser observado, que já está acontecendo com a comunidade carroceira e é preocupante, que estão sendo podados, e que daqui a cinco anos não vai ter mais representação. **Clarindo Santos** trata da importância da garantia do direito territorial, que se não ficarem atentos, os modos de viver dos PCTs vão se perder. A pesca artesanal está ameaçada, o Rio São Francisco está ameaçado, “a gente chora lágrimas de sangue na beira desse rio”. Esses costumes irão acabar, não haverá sustentabilidade, se a Comissão não se atentar. Os direitos territoriais têm de ser garantidos e é papel da Comissão, para ser mantida e fortalecida. **Natalie Oliffson** sugere para colocar em votação a discussão do Art. 2º, sugere uma proposta de quantitativo de membros para uma possível alteração do Decreto. **Ya Neli Martins** propõe sair já com um documento escrito e assinado, rejeitando o Decreto e colocando as modificações. Diz que Cléver Machado é um parceiro dos PCTs. Acredita que tem que ter uma Comissão forte, com um Presidente forte, porém a sociedade civil falando, modificando, assinando e fazendo valer. **Reinaldo Pereira** afirma que precisam sair da reunião com uma solução para o Decreto. Defende que o número de cadeiras de estado e dos

PCTs não deve ser igual, pois quem conhece a realidade são as próprias comunidades. Ressalta que, como é uma comissão de PCTs, todas as representações devem ter direito de voz e vez. Aborda a questão da escolha do Presidente, afirmando que foi imposta pelo estado e não reflete a vontade dos membros. A discussão se concentra no número de cadeiras e na Presidência. Sugere que a eleição para Presidente seja aberta e que o povo escolha, sem imposição do estado. Destaca a diferença entre servidor efetivo e cargo nomeado, sendo que este último deve seguir regras impostas. Espera que o povo não fique calado e se manifeste. **Edmundo Dias** pontua também que ocorreu a redução dos convidados permanentes, dentre os quais a UFMG, que tem sido uma importante parceira na defesa dos direitos dos PCTs. Sugere a inclusão da UFMG como convidada permanente, representada pelo Prof Aderval Costa Filho, um importante articulador. Seria essencial que constasse no Decreto a participação da UEMG, UNIMONTES e UFMG, esta última como convidada permanente. Que caso houvesse consulta aos PCTs, estas universidades estariam previstas em Decreto. **Maxwell Pio** afirma que sentiu falta das universidades, pois são instituições que ajudam demais a comunidade carroceira. Acrescenta que tem que lutar pelo número de cadeiras, pois são muito poucos e são várias comunidades que estão sendo esquecidas. **Heiberle Hirsberg** afirma da importância nominal da UEMG, UNIMONTES e UFMG, se povos e comunidades tivessem sido ouvidos, citariam estas universidades. Na região do norte de Minas, a Unimontes, em nome do professor João Batista, seria indicada. A ausência dessas comunidades significa ausência de consulta prévia. **Ya Neli Martins** afirma que têm pela frente a emissão da certidão de autodefinição e “não podemos criar uma encrenca”. “Cléver é do governo e está com a gente”. O que os PCTs querem alterar é o número de participantes, mas vamos conservar o Cléver pois está do lado dos PCTs. A Certidão de Autodefinição é importantíssima e estão na reunião para discutir o Decreto. **Geralda Silva** afirma que sentiu falta do professor Aderval porque se ela faz parte hoje desse grupo, ela agradece muito a ele. Ele tem ajudado muito na luta pelos direitos dos PCTs. Se as apanhadoras de flores conseguiram o título de patrimônio agrícola dos apanhadores de flores em MG, foi muito através dele. Há muito caminho a percorrer, mas o prof Aderval e dr Edmundo têm ajudado muito e ela sentiu falta dele também. **Orlando Santos** diz que é preciso se organizar na base. É um coletivo, uma Comissão, para falar em nome dos povos. A Comissão não pode ir lá atrás dessas pessoas sem eles estarem preparados. Tem que consolidar e fazer que “o bonde saia do lugar”, que há comunidades que aguardam certificação. **Ivanilde Salomé** diz que devemos ficar atentos, que precisamos ler, discutir o Decreto, fazer alterações favoráveis aos PCTs. As comunidades quilombolas são várias, é preciso discutir o que afeta todas. **Adjanir Silva** busca alternância dentro da Comissão. Afirma que Cléver é parceiro, companheiro, está atento à luta. Apoia que quer uma sociedade civil fortalecida para discutir dentro da Comissão. Reafirma a importância da alternância da presidência da Comissão, que é preciso avançar os trabalhos. **Babá Edilson Costa** diz que conhece o Cléver a alguns tempos, conhece o trabalho, mas o que o incomoda é a ditadura do governo que impôs esse sistema para todos. Afirma que não podem continuar aceitando que esse governo continue determinando o que vão fazer, o empreendimento da Rodoanel e mineradoras é objetivo deste governo. Não adianta certificação e amanhã acabar a área. Não é um impasse partidário, precisa de política pública. Não está sendo cumprida a lei que institui as políticas públicas dos PCTs. Se a Comissão não cobrar, não terá legitimidade. Afirma que o problema é a forma como veio o Decreto, não houve consulta. “Não somos contra o Cléver. Somos contra o Decreto.” É importante 2/3 dos PCTs e 1/3 do governo. **Nicole Faria** fortalece a fala, na perspectiva de quem está na gestão pública, a composição e o trabalho da Comissão é fundamental para a gestão das políticas públicas dos PCTs, os mapeamentos e a gestão articulada é muito fundamental para outras políticas. Consulta a Mesa Diretora pela possibilidade das alterações do Decreto não impeçam as câmaras técnicas serem formadas e terem andamento. Que possam andar juntos: fazer documento para alterar o Decreto, andar em conjunto com o funcionamento das câmaras técnicas. Não inviabilizar a Comissão de andar e não sair da reunião sem a formação das Câmaras Técnicas. **Cléver Machado** diz que será feito um documento reivindicando a revogação do Decreto, mas é importante continuar a leitura para ter conhecimento da matéria. **Érika Martins** como questão de ordem sugere que poderia ser formado um grupo de trabalho para discutir o Decreto, conforme Ofício que as comunidades tradicionais solicitaram, teria até

três meses para o grupo se reunir. **Heiberle Hirsberg** diz que pelo histórico das conversas, a formação de um grupo de trabalho foi rechaçada pela ausência de representatividade. Três meses é um grande tempo. Conciliar o grupo, com a demanda imediata que já é proposta durante a reunião. **Érika Martins** esclarece que seria até três meses, afirma que atualmente há 17 representações, que são os segmentos pediram representação para a CEPCT-MG e eles estão representados. **Ana Carolina Araújo** sugere que os comitês façam uma análise mais aprofundada das legislações, procuram estudos para basear a argumentação. Acredita que fortalece muito ter estudo, embasamento, para ser trazido como argumentação. A própria Secretaria Executiva traz análises para fundamentar. **Babá Edilson Costa** acredita que por ser ano eleitoral, a legislação pode interferir em alguns trabalhos. **Cléver Machado** diz que não impede de fazer reuniões, que quem for candidato precisa solicitar descompatibilização. **Aélcio Vial** questiona se o Decreto de 2023 está vigente, **Cléver Machado** diz que sim. **Aélcio Vial** diz que na CNPCT tem dez cadeiras a mais dos povos tradicionais em comparação com os membros do governo. E que poderia ser reproduzida para a CEPCT-MG. **Cléver Machado** diz que sim, e começa a leitura em relação ao princípio da simetria constitucional, que os municípios e estados adotem, sempre que possível, os princípios fundamentais e as regras existentes nacionalmente. Entende que este é um argumento para subsidiar. **Adjanir Silva** concorda e sugere quantitativo de 1/3 estado e 2/3 sociedade civil. Tem que aproveitar esta reunião para avançar com a pauta. **Ivanilde Salomé** acrescenta que devemos pensar em alterações deste Decreto, que dessa forma não deu certo e é agora que precisamos alterar. **Shirley Oliveira** justifica a ausência do Dr Paulo César que está numa atividade itinerante no norte de Minas. Quer parabenizar, reforça a importância do andamento da Comissão. Coloca o MPMG à disposição, para que as atividades retomam, expressa o interesse em participar das Câmaras Técnicas e GTs. Ficou em dúvida se a construção de que vai ser feito um GT, como Érika sugeriu, uma proposta mais amadurecida, vai ser apresentada aqui ou se vai encaminhar um documento para o estado. **Nicole Batista** questiona por que o mandato vale até o próximo encontro dos povos tradicionais. **Érika Martins** esclarece que está previsto em Decreto, o processo de transição. Afirma à Dra Shirley que o GT é propositivo. E que podem ser discutidos os pontos hoje e depois ser proposto posteriormente, com mais estudo, com apoio do Secretariado Executivo. **Maxwell Pio** questiona se tem número mínimo da comunidade ou se é obrigatório ter quantidade de número de pessoas. **Érika Martins** responde que é deliberado quem gostaria de contribuir no GT no Plenário e delibera quem vai coordená-lo. **Cléver Machado** afirma que a Plenária terá que participar da proposta trazida pelo GT, terá que ser discutida. **Érika Martins** prossegue com a leitura do Decreto, “art 6.º § 1º – O membro que tomar posse em data distinta daquela a que se refere o *caput* cumprirá o tempo restante para a conclusão do mandato.” E exemplifica que é o caso dos membros que irão desincompatibilizar-se para se candidatar. **Olívia Saraiva** questiona se depois de candidatar pode voltar para a Comissão. **Érika Martins** esclarece que não pode voltar após o período eleitoral, só retorna se for indicado no próximo Encontro. Prossegue a leitura do Decreto, Art. 10, que trata da estrutura da CEPCT-MG e Art. 11. **Cléver Machado** anuncia que a Secretária-Geral da CEPCT-MG é Ya Neli Martins. **Ivanilde Salomé** questiona o Art 11 § 1º do Decreto e pede que todos fiquem atentos à leitura. **Adjanir Silva** diz que esse ponto tem que ser colocado para mudança. **Babá Edilson Costa** diz que o Art 11 já foi discutido, deve ser alterado completamente. **Ivanilde Salomé** diz é preciso ler um por um. **Érika Martins** diz que é para aprovar, é pra todo mundo ficar ciente. **Ya Neli Martins** diz que crê que cada um está anotando tudo, para ter atenção. Diz que no início da reunião, esse Art 11 é que tem que modificar. **Ivanilde Salomé** diz que os PCTs precisam ficar atentos e precisam lembrar. **Babá Edilson Costa** diz que tem o processo legal, que não adianta só discutir, que precisa elaborar documento para o governo decidir. Estão tentando modificar. O documento será elaborado. A leitura é para que todos entendam o que está no Decreto. **Adjanir Silva** diz que tem que fazer a leitura para apontar as mudanças que tem que ser feitas. **Reinaldo Silva** sugere que enquanto a Érika faz a leitura, quem discorda, levanta a mão e se manifesta. **Ana Porfírio** reforça que ainda tem dois dias para a discussão, que o ideal é deixar a Érika ler para que reveja e pense no que será mantido, se haverá um Decreto novo ou uma alteração. **Nicole Batista** pergunta se já vai sugerir o texto hoje ou fazer destaque para discutir depois. **Cléver Machado** diz que fazer destaque para discutir depois. **Érika Martins** prossegue

a leitura do Decreto, art. 11. Ao concluir, questiona se há mais um destaque a ser feito, **Babá Edilson Costa** diz que o Art 11 é todo destaque. **Érika** prossegue a leitura dos Art. 12, 13 e 14. Afirma que o Grupo Técnico de Assessoramento pode ser acompanhado pelas universidades. **Babá Edilson Costa** afirma que no Art 14 diz que o Grupo Técnico de Assessoramento precisa ser entendido após leitura do Regimento Interno. **Kelly Silva** destaca que uma coisa é ser membro da Comissão, com voz e voto, outra coisa é ser convidados a participar de um trabalho, que há diferença e que precisa ser explicitado. **Érika Martins** prossegue a leitura do Art. 15. **Ivanilde Salomé** quer a volta da UFMG participando como convidados permanentes e universidades estaduais como membros. **Rosana Santos** destaca a importância do ICMBio, por conta das sobreposições. Assim como o IEF não fará parte da composição. Sabe-se que muitas partes de povos tradicionais fazem parte de Unidades de Conservação, os órgãos ambientais são importantes na discussão. **Orlando Santos** afirma que o mandato foi trocado, por isso o professor Aderval não está mais presente. **Aélcio Vial** diz que pelo que está no Decreto atual, a SEMAD está incluída, ou seja, está incluso ICMBio e IEF. **Rosana Santos** afirma que quem lida com as unidades de conservação é o ICMBio e IEF, no caso específico das sobreposições. **Babá Edilson Costa** trata da importância de estar atento aos órgãos, em relação a extensão de área, que precisa avaliar para incluir essas entidades. **Rosana Santos**: reforça a importância do convite do ICMBio para participar. **Marta Souza** também afirma que a EMATER não está representada no Decreto atual. **Geralda Silva** diz que o ICMBio é contra PCTs e prejudica comunidades e não faz falta para os apanhadores de flor. **Rosana Santos**: diz que no espaço da comunidade para a construção dos termos de uso comunitário, para fazer valer o direito dos PCTs na dinâmica com ICMBio e IEF. **Érika Martins** lê o Art. 16. **Babá Edilson Costa** tem uma dúvida no Art 16, em relação a inexecução administrativa da decisão e inexecução financeira. Pergunta se seria um monitoramento do PPAG. Então, seria um monitoramento da possibilidade financeira e orçamentária da decisão. **Érika** procede a leitura. **Ivanilde Salomé** destaca o Art. 17. para propor uma quantidade de reunião virtual e presencial, para que não sejam “empurrados pelo governo” a ter apenas virtuais. **Babá Edilson Costa** propõe 04 reuniões presenciais no ano e que as extraordinárias sejam virtuais. **Érika Martins** faz a leitura do Art. 18. **Aélcio Vial** cita que o Art. 18 já perdeu o prazo de 90 dias para publicação do Regimento Interno e que não precisa ser lido porque não vale. **Cléver Machado** diz que precisa ser lido para aproveitar para o próximo. **Babá Edilson** complementa que o Regimento Interno precisa ser usado de base e lido, para conhecimento. E que precisa de um grupo de trabalho para criação do regimento interno. **Aélcio Vial** diz que tem que formular o Regimento Interno hoje e aprovar. **Babá Edilson** diz que são duas coisas, que uma depende da outra, como muito tempo foi perdido, mas tem que ter um Regimento Interno, mas talvez não consiga sair com tudo, mas tem que ter uma base para uma Reunião Extraordinária, que seja online, para sintetizar isso. **Aélcio Vial** pergunta se vamos fazer sugestões deliberativas para o Decreto. **Cléver Machado** diz que sim. **Aélcio Vial** diz que o regimento interno é do conselho, então prioritariamente teria que discutir o Regimento. **Cléver Machado** diz que o Regimento Interno está fundamentado no Decreto anterior e que precisamos fazer um Regimento Interno baseado no de 2023. Diz que iremos “mexer no Decreto”. **Aélcio Vial** pergunta se o governador acatar, podemos fazer o Regimento Interno. Então precisa aguardar todo esse trâmite para refazer o Regimento Interno e continuar usando o atual. **Maxwell Pio** diz que se não reclamarem, o governo vai achar que estão aceitando. **Érika Martins** prossegue a leitura no art. 19, 20, 21 e finaliza a leitura. Os destaques no Decreto são: art 3, 11, 14, 15, 16, 17, 18, observação no 21º. **Parte da manhã é encerrada às 11:52. Retorno às 13h.** **Orlando Santos** faz uma proposta de ter um momento dos povos tradicionais às 15h para dialogar entre eles, conhecer as realidades locais. Questiona se todos concordam. **Adjanir Silva** propõe a construção do GT para dialogar sobre o Decreto e traz a fala da Dra Shirley, para dar apoio na construção da Minuta. **Cléver Machado** solicita que Ya Neli faça a leitura do Regimento Interno. **Ana Porfírio** destaca o Art 6º para ser revisto. São três parágrafos. Destaca o art. 7º, divergente com o Decreto. **Ya Neli** prossegue a leitura. **Ana Carolina Araújo** pede um destaque na vigência das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, este último não especifica como ele é composto. No Art. 14 diz que será estabelecido o tempo de duração de Câmaras Técnicas e anteriormente é colocado que são

permanentes. **Nicole Batista** diz que está ambíguo o tempo de duração. **Gabriela Brito** prossegue a leitura do Regimento. **Babá Edilson** sugeriu trabalhar no Regimento Interno com base nas sugestões de novo Decreto, concomitantemente, mas pode ser criado novo Regimento com base nas alterações, pois o Plenário é soberano. **Ana Porfírio** avalia que podem ser publicados em momentos diferentes, que pode ser publicado o Regimento após a publicação do novo Decreto, já que um é vinculado ao outro. **Ana Carolina Araújo** acrescenta que pela questão da legalidade do processo legislativo e jurídico, publicaria primeiro o Decreto e posteriormente o Regimento, que condiz com o novo Decreto, caso seja acatado. **Aélcio Vial** questiona se pode alterar Decreto e Regimento concomitantemente. **Cléver Machado** diz que sim, que foi essa a proposta de Babá Edilson. Cléver acredita que com a mobilização pode ser sancionado o novo, sendo o Decreto de setembro revogado. Que utilizará bastante argumento que foi trazido pela manhã. Sugere a formação de nota técnica para embasamento. Afirmar estar feliz em terem conseguido avançar as discussões, com as propostas feitas pelos PCTs. Que há um precedente dentro do próprio estado de representantes da S/C em maior número que o governo (CEJUVE-MG, CONSEA-MG). Será apresentada para a Plenária, para legitimar, e posteriormente será apresentada diretamente ao Governador. Que irá procurar o Jurídico da SEDESE para ter argumentos para a revogação do Decreto. As gravações da Plenária serão transformadas em documento, para serem apresentadas à Plenária para aprovação. Após aprovação, será apresentada diretamente ao Governador. **Ana Porfírio** sugere colocar Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho no Capítulo IV, para acrescentar sobre as atribuições dos Grupos de Trabalho. **Ana Carolina Araújo** sugere separar os artigos de atribuição das Câmaras Técnicas e de Grupos de Trabalho. **Cléver e Erika** esclarecem que membros podem ocupar concomitantemente as Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. **Gabriela Brito** lê a próxima Pauta: Formação e informação acerca do funcionamento das câmaras técnicas e grupos de trabalho da Comissão. **Érika Martins** apresenta documentos relacionados às Câmaras Técnicas, as duas instituídas: Câmara Técnica de Certificações e Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária. Compete à Câmara Técnica de Certificações; analisar os pedidos de certificações dos PCT's, tratar dos requisitos para certificação previstos em Decreto, deliberar pela aprovação ou não e apresentá-las na Plenária. Caberá a ela analisar esses pedidos, dialogar entre si, se necessário convidar representantes dos segmentos tradicionais, trabalhar com seu calendário próprio, tem coordenação. Poderá solicitar reuniões extraordinárias, pode designar sua coordenação, os membros da câmara após criada e aprovada, serão nomeados pela Secretária de Estado, terão apoio da Secretaria Executiva. Afirmar que não é nada impositivo, é apenas uma forma como ela vinha atuando. Traz a Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária, que vai dialogar a respeito de sobreposição de territórios tradicionais por UCs, elaboração de Minutas de TC e demais conflitos que afetem PCTs. Ela também pode elaborar seu Regimento Interno. Pode contar com o apoio da Secretaria Executiva. Tem coordenação, elabora seu calendário de reuniões. Suas deliberações devem ser avaliadas. **Ivanilde Salomé** questiona o fato de que os membros das CTs são nomeados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. **Erika Martins** informa que a composição será escolhida entre a Comissão e será publicada e nomeada pela Secretária. **Edmundo Dias** propõe, com base no art 19 do regimento vigente, a publicação de uma Resolução para que ao lado da UEMG e UNIMONTES, a UFMG venha compor a CEPCT-MG na condição de convidada permanente. Menciona a Plenária ocorrida no dia 07 de julho de 2020 foram aprovadas as certificações de 13 PCTs. Solicita que o Plenário encaminhe pela imediata expedição das Certidões de Autodefinição de todas as comunidades tradicionais listadas na reunião. **Cléver Machado** acata o pleito e afirma que irá providenciar a Resolução. **Edmundo Dias** diz que seria importante a inclusão da UNIMONTES, UEMG e UFMG. **Cléver Machado** afirma que UEMG e Unimontes entrariam como membros e UFMG como convidada permanente. Solicita que a Plenária manifeste se está contrária ao pleito de inclusão da UFMG como convidada permanente. Todos concordam. **Nicole Batista** destaca que a Unimontes e Uemg devem permanecer como membros governamentais. **Olivia Saraiva** ressalta a falta de vacarianos nas certificações. **Cléver Machado** solicita compor a Câmara de Certificação para tomar conhecimento e aprovar os pedidos de certificação. **Clarindo Santos** fortalece o apelo para a certificação, sobre a UEMG e UFMG, afirma que é preciso dar

atenção a essas instituições. **Cléver Machado** propõe a composição da Câmara Técnica de Certificação e solicita que quem quiser ingressar, manifeste-se. **Gabriela Brito** retoma a pauta da Plenária, que seria a apresentação do histórico da CEPCT (Pauta 4). **Érika Martins** contextualiza que as demais comunidades que enviaram pedido de certificação, que a CEPCT veio para a SEDESE em 2020, fez consolidação dos documentos, viram que havia pedidos de certificação e procedeu para análise. Há certificações de 07/07/2020, 25/02/2021, 11/05/2021, nas Plenárias, nas atas foi explicado que foi um retorno da ASJUR da SEDESE que as certificações só tem validade com os mandatos regularizados. Foi decidido que seria feita a análise e assim que fosse possível, seria feito o II Encontro, seriam validadas e emitidas as certidões. Deliberou que seria feito o II Encontro de forma virtual, dos dias 28 a 30 de junho de 2022. Então assim que as Câmaras Técnicas fossem retomadas, seriam lidas e deliberadas pelas certificações dessas comunidades, já que o processo já foi analisado. **Oscarino Cordeiro** diz que gostaria muito de entender a dinâmica dessa Comissão, não lembra se foi passada se os Caatingueiros estão na lei como PCTs. **Olivia Saraiva** reforça e diz que os vacarianos são esquecidos, gostaria de saber se a comunidade tradicional vacariana está mesmo dentro da Política. **Cléver Machado** confirma que estão sim na Lei e que é importante para certificação, que é importante orientar para que as PCTs sejam certificadas. **Maria de Fátima Alves** diz que tem mais comunidades que não foram contempladas nesta comissão, questiona se os groteiros e chapadeiros estão representados. **Cléver Machado** afirma que não estão, porque no Decreto estava previstas 17 cadeiras. **Natalie Rodrigues** sugere que deveriam ser lidos os povos e comunidades contemplados. **Cléver Machado** faz a leitura dos 17 povos tradicionais contemplados. **Segue para a próxima pauta 5) Composição das câmaras e grupos de trabalhos:**

1.

Composição Câmara Técnica de Certificação

Ivanilde Salomé da Silva (Representante Titular - Povos Quilombolas), Ya Neli Martins de Souza (Representante Titular - Congadeiros), Nicole Batista (Representante Titular - IEPHA) , Kelly da Silva (Representante Titular - UEMG), Flanner Fantoni Bergo - Mametu Indoloya (Representante Titular - Povos de Matriz Africana), Babá Edilson Rezende Costa (Convidado Permanente - CONSEA), Robson Teixeira da Costa (Representante Titular - Povos Circenses), Adjanir Silva (Convidado Permanente - CONEPIR), Clarindo Pereira dos Santos (Representante Titular - Pescadores Artesanais), Geralda Maria Soares da Silva (Representante Titular - Apanhadores de Flores Sempre Viva), Orlando dos Santos (Representante Titular - Povos Geraizeiros), Ludmila Scorsulini Peres (Representante Suplente - IDENE), Maxwell Moreira Pio (Representante Titular - Carroceiros), Heiberle Hirsberg Horácio (Representante Titular - UNIMONTES), Aderval Costa Filho (Convidado - UFMG).

Coordenação: Neli Martins de Souza

2.

Câmara Técnica de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária

Babá Edilson Costa (Convidado Permanente - CONSEA), Eliete Oliveira (Convidada Permanente - FUNAI), Gustavo de Oliveira Celestino (Representante suplente - IEPHA), Aécio Freire Vial (Representante Titular - Faiscadores), Emmanuel Duarte Almada (Convidado - UEMG), Breno Trindade da Silva (Convidado - IEPHA), Rosana Santos (Convidada Permanente - Incra), João

Carlos Pio de Souza (Convidado - Comunidade Quilombola dos Arturos), Geralda Maria Soares da Silva (Representante Titular - Apanhadores de Flores Sempre Viva), Maria de Fátima Alves (Convidada - CODECEX), Beatriz Borges Bastos (Convidada - AEDAS), Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (Representante Suplente - UNIMONTES), Aderval Costa Filho (Convidado - UFMG).

Coordenação: João Carlos Pio de Souza

Cléver Machado agradece a participação e afirma que no dia 22, às 8h terá as reuniões das Câmaras Técnicas e a Plenária iniciará às 13h para apresentação das Câmaras Técnicas. **Nicole Batista** pergunta se as indicações estão aprovadas. **Cléver Machado** questiona se há alguém contra e ninguém se manifesta, portanto, consideram-se aprovadas.

22/05/2024

A reunião iniciou-se aproximadamente às 08:50 do dia 22 de maio de 2024. **Cléver Machado**, solicita que sejam divididas as equipes das Câmaras Técnicas de Certificação e de Regularização Fundiária e Conflitos Socioambientais, para que ocorra o planejamento do calendário de reuniões e ações, escolha de coordenação, etc. **Heiberle Hirsberg** solicita ingresso na Câmara Técnica de Certificação e de Andréa Narciso na Câmara de Conflitos. Sugere que a Plenária da CEPCT-MG ocorra em setembro em Montes Claros, considerando que haverá o Colóquio de Povos e Comunidades Tradicionais. **Edmundo Dias** apoia a sugestão e a partir da aprovação da inclusão da UFMG como convidada permanente, o prof Aderval Costa manifestou interesse em compor as Câmaras de Certificação e de Regularização Fundiária. **Orlando Santos** informa os encaminhamentos tratados em reunião no dia de ontem, sobre a situação dos carroceiros, pauta de regularização dos territórios, visitação e cartórios não estão facilitando as documentações e tornou-se um assédio no estado inteiro. Documentos estão sendo feitos de forma ilegal, pessoas conseguem documentos de posse de terras públicas. **Cléver Machado** questiona se a Plenária concordam com a Plenária Ordinária Presencial CEPCT-MG, em setembro em Montes Claros. **Heiberle Hirsberg** diz que a data do Colóquio é de 09 a 13 de setembro. **Cléver Machado** solicita que Gabriela Brito providencie as solicitações de diárias e passagens. É feita a leitura dos integrantes da CT de Conflitos Socioambientais para que ingressem à sala de reuniões do quarto andar. Câmaras Técnicas fazem a reunião pela manhã e a **Plenária retorna às 13h**. **Cléver Machado** solicita que a CT de Certificação apresente os trabalhos feitos pela manhã, sob a coordenação de Ya Neli Martins. **Gabriela Brito** relata que foram lidas as três atas referentes às solicitações de certificações que estavam pendentes e faz a leitura das comunidades que foram deliberadas pela certificação: **Segmento Congadeira:** Associação Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário e Guarda Marinheiro do Divino Espírito Santo (Vespasiano), Guarda de Moçambique de São Benedito (Vespasiano), Guarda de Moçambique de Santa Bárbara do Reino de Nossa Senhora do Rosário (Vespasiano), Guarda de Congo União do Rosário de São José da Lapa e Lagoa Santa (São José da Lapa e Lagoa Santa), Guarda de Moçambique Treze de Maio de Nossa Senhora do Rosário (Belo Horizonte). **Segmento vazanteira e pescadora:** Comunidade Vazanteira Pescadora Barrinha (Itacarambi), Comunidade Vazanteira Pescadora Maria Preta (Itacarambi), Comunidade Vazanteira Pescadora Cabaceiras (Itacarambi), Comunidade Vazanteira Pescadora da Venda (Pedras de Maria da Cruz), Comunidade Quilombola Vazanteira Barranqueira/Pescadora Braço Forte (Salto da Divisa). **Segmento Matriz Africana e Povos de Terreiro:** Comunidade Quilombola e Matriz Africana Quilombo Nogueira (Montes Claros), Comunidade de Matriz Africana Casa de Cultura e Assistência Social e da Resistência Afro Brasileira Lodé Apará (Santa Luzia). **Segmento Geraizeira:** Comunidade Geraizeira Baixa Grande (Rio Pardo de Minas). **Segmento Veredeira:** Comunidade Veredeira Brejinho (Januária). **Segmento Carroceira:** Comunidade Tradicional Carroceira de Belo Horizonte e região metropolitana. **Segmento Pescadora:** JORGE E REGIÃO (FUNDÃO; JARACATIÁ DE CIMA; JARACATIÁ DE BAIXO) SÃO JOSÉ DO ENTREMONTES; FUNIL;

MARIMBONDO (Região de Santana do Deserto) de Rio Doce, Segmento Pescadora e Faíscadora: SANTANA DO DESERTO; MATADOURO E REGIÃO (QUILOMBO, VISTA ALEGRE, SÍTIO RANCHARIA; FAZENDA 14 ALQUEIRES; FAZENDINHA); SEDE RIO DOCE (COLETIVOS) de Rio Doce, Segmento Pescadora: Merengo e região (Merengo, Córrego Novo, Cotas de Baixo e Cotas de Cima); Pedra do Escalvado e região (Córrego da Lavra, Córrego da Pedra, Córrego da Serra, Córrego Santa Rita, Empreitada, Fazenda Esperança, Limeira, Sítio Quati, Sítio Santa Rita, Sobrado, Taboão e Volta Fria; Gongo e região (Boa Vista, Barroca, Caeté, Chacrinha, Córrego dos Pintos, Gongo e Roça Alegre). Porto Plácido, Pedra Preta e Cana do Reino; Simplício (Distrito Chopotó, Ponte Nova) de Santa Cruz do Escalvado e Ponte Nova (Distrito Chapotó), Segmento: Pescadora e Faíscadora: Pedra do Escalvado; Porto Plácido e região: Viana, Córrego do Inácio, Barra do Piranga, Baú e Sítio Guará; Antônio Joaquim, Biquinha, Caracol, Chumbo, Córrego dos Henrique, Córrego dos Pedras, Facão, Quilombo, Santa Cruz do Escalvado, São José da Vargem Alegre, Sítio Barra do Lobo, Sítio da Vitiruna, Sítio do Jacu e Zito Soares (coletivos); Nova Soberbo e região (Buraco, Florestinha, Limoeiro, Nova Soberbo, Sertão, Sítio Contendas, Sítio Jerônimo e Sítio Salazar). Segmento Comunidade Tradicional de Terreiro comunidade tradicional de culto yorubá Ilê Asé Asegún Itèsiwajú Aterosún. Cléver Machado questiona se alguém está contrário às Certificações. Não houve manifestação, portanto, considera-se aprovadas por unanimidade as certificações em Plenária. Adjanir Silva pede a palavra para relatar sobre um empreendimento chamado Cruz de Todos os Povos construído em Divinópolis. Ele é construído no Morro da Gurita, utilizado por povos indígenas e de matriz africana, há um cruzeiro antigo que está registrado de 1735 que pode ser derrubado, contenção do morro para que não caia. Gostaria de saber o que pode ser feito por meio da CEPCT-MG para preservar o patrimônio. Um monumento eurocêntrico que está em cima de um monumento tradicional.

Será encaminhada documentação para Gabriela. **Orlando Santos** solicitou vistas do processo de certificação das comunidades geraizeiras, pois há comunidades vacarianas que não foram ouvidas. **Olívia Saraiva** diz que precisa do grupo para ir na comunidade para que sejam melhor orientados para a certificação. **Ya Neli Martins** afirma que precisa ser analisado o processo para convocar uma visita técnica. **Aélcio Vial** afirma que será encaminhada solicitação de certificação de comunidade como garimpeira artesanal, para que a cultura da região de Diamantina não seja morta. **Edmundo Dias** diz que o Faíscador não realiza o garimpo danoso, realiza o garimpo artesanal. Menciona que as comunidades tradicionais podem ter certificações duplas, como vazanteira e pescadora, concomitantemente. Em relação às comunidades vacarianas, o princípio básico da Convenção 169 é auto identificação, portanto, o estado não pode definir em nome das comunidades. **Clarindo Santos** afirma que sua comunidade é pesqueira, extrativista, vazanteira, agricultores familiares do Rio São Francisco e não pode chegar para o vizinho e falar “você tem que ser pescador”. Afirma que como pescador sofria com fiscalização, pois precisava de uma RGP. Afirma que sempre conheceu faíscador e que conheceu o garimpo com a Serra Pelada. **Aélcio Vial** afirma que as leis foram formuladas para o norte do país, onde há garimpo de invasão. E em Diamantina há o garimpo de 320 anos de tradição, que precisa ser diferenciado. Relata que faíscadores são multados ao executar suas funções, que a Comissão precisa ter a visão da tradição. **Maxwell Pio** solicita à Comissão acione o CNPCT para que reconheça e registre a Comunidade Carroceira. E solicita que a Comissão convoque a Prefeitura de BH para solicitar esclarecimentos quanto à proibição das carroças. **João Pio** questiona se há uma comunidade vacariana certificada como geraizeira. **Orlando Santos** diz que há uma certificação como comunidade geraizeira em uma comunidade vacariana, foi pedido vistas, pois a comunidade não foi consultada. **Maria de Fátima Alves** pede a palavra e fala em relação à Sula Mavrudis, que foi membro dos povos circenses, pede apoio para a comissão pois Sula enfrenta dificuldades com serviços de saúde para seu pai. **Cléver Machado** solicita que seja encaminhado o pix para que quem puder possa ajudá-la e que seja encaminhado um detalhamento da situação para providências. Prossegue para a pauta da Câmara de Conflitos Socioambientais e Regularização Fundiária, que deliberou João Pio como coordenador. João Pio fala os encaminhamentos: solicitação de relatórios e atas anteriores referentes aos conflitos socioambientais, e o que chegou ao e-mail. Um ponto importante é

o Rodoanel, que a CT irá elaborar um documento. Aciona MPF, Defensoria Pública e MPMG para acompanhar efetivamente estes conflitos. Fizeram levantamento de todos os conflitos socioambientais de Minas Gerais por regiões, ficou deliberado acionar a representação da SEAPA, SEDE, IEF e CT solicitando encaminhamento de convite para IBAMA e ICMBio. Foram definidas reuniões presenciais mensais: 26/06/2024, 08 às 17h; 18/07/2024, 08 às 17h. Breno Trindade será Secretário da reunião. Ademais, haverá acompanhamento da Comissão dos processos, priorizando os mais complexos. Rosana Santos acrescenta que é importante a presença da SEMAD, IEF, ICMBIO, IBAMA, SEDE. Beatriz AEDAS acrescenta a importância do convite ao MPF. **Próxima Plenária ordinária dia 14/06 às 14h.** Eu, Gabriela de Brito Santos, MASP 1367204-3, Secretária Executiva desta Comissão lavrei a presente Ata que após lida foi aprovada por todos os presentes.

Gabriela de Brito Santos

Secretária Executiva

Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais - CEPCT-MG

Clever Alves Machado

Presidente

Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais - CEPCT-MG



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Brito Santos, Servidora Pública**, em 14/06/2024, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado, Diretor(a)**, em 14/06/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **89151204** e o código CRC **54F5B1FB**.

Referência: Processo nº 1480.01.0010896/2023-76

SEI nº 89151204